



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA
PODER EXECUTIVO**

PARECER CONTÁBIL

**DO: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PARA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ADESÃO N.º 02/2025

**OBJETO: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2024
PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024 DO MUNICÍPIO DE
FELIZ NATAL/MT, PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SUV, DE PASSEIO
TIPO HATCH E CAMINHONETES, NOVO ZERO KM, PARA O GABINETE DO
PREFEITO DE CASTANHEIRA-MT.**

SETOR DE CONTABILIDADE

Confirmando a existência de suficiente dotação orçamentária na rubrica a seguir especificada, para fins de licitação.

Número	Dotação Orçamentária
14	04.122.0006.4490.52.48 – 2003 – Manutenção das Atividades Executivas Fonte: 1500000000000000

Castanheira-MT., 10 de março de 2025.


Gilmar Rezer
CRC MT 014039/O-0



MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO Nº 14/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025/LIC

ADESÃO Nº 02/2025

OBJETO: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024 PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO SUV, DE PASSEIO TIPO HATCH E CAMINHONETES, NOVO ZERO KM, PARA O GABINETE DO PREFEITO DE CASTANHEIRA/MT.

REQUISITANTE: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, para atender o disposto no Art. 53, §1º, da Lei nº 14.133/21¹, sobre a possibilidade do Poder Executivo Municipal aderir à Ata de Registro de Preços nº 05/2024, proveniente do Pregão Eletrônico nº 02/2024 realizado pelo município de Feliz Natal/MT, para aquisição de veículos tipo SUV, de passeio tipo hatch e caminhonetes, novo zero km – Adesão nº 02/2025.

Constam no processo cópia de todos os documentos imprescindíveis ao procedimento até o atual estágio do feito.

É o relato necessário.

PREF. MUNIC.
FLS. 108
Rub. 5

¹ Lei nº 14.133/21 - Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

GESTÃO: 2025/2028

Rua Mato Grosso, nº 84, Bairro Centro, Castanheira/MT, CEP 78345-000 - Fone: (66) 3581-1166

CNPJ/MF nº 24.772.154/0001-60 – e-mail: procuradoriacastanheira@gmail.com

Parecer jurídico nº 14/2025 – Adesão 02/2025 - Página 1 de 5



MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Pressupostos e fatores limitantes

De proêmio, convém registrar que o exame realizado neste parecer se restringe em verificar, com base nos documentos apresentados, se é possível a aquisição pretendida pelo sistema de adesão (carona) a ata de registro de preços de outro município.

Não serão objetos de análise quaisquer pontos sobre as escolhas administrativas de conveniências e oportunidades, assim como os de caráter técnico, econômico e/ou discricionário, cuja avaliação não compete a esta assessoria.

Reforça-se que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos em questão, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos, prestados pelos agentes públicos consignatários.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, a razão da escolha, o preço, a necessidade da dispensa e inviabilidade de aguardar os tramites de um processo licitatório, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Necessário este esclarecimento uma vez que o parecer jurídico, conforme a melhor doutrina e jurisprudência, é ato de natureza meramente opinativa, não vinculante, cabendo ao gestor tomar a decisão que lhe parecer mais adequada, oportuna e/ou conveniente.

Feito esses esclarecimentos passemos à análise solicitada.

2.2 Da adesão

Desnecessário se aprofundar a respeito da obrigatoriedade, salvo as exceções previstas na legislação, da Administração efetuar suas aquisições/contratações

PREF. MUNIC.
FLS. 109
Rub. 1

GESTÃO: 2025/2028

Rua Mato Grosso, nº 84, Bairro Centro, Castanheira/MT, CEP 78345-000 - Fone: (66) 3581-1166
CNPJ/MF n.º 24.772.154/0001-60 – e-mail: procuradoriacastanheira@gmail.com

Parecer jurídico nº 14/2025 – Adesão 02/2025 - Página 2 de 5



MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

através de prévio processo licitatório, por isso, passemos direto à análise do caso apresentado.

O instituto da adesão a ata de registro de preços está previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, mais precisamente no Art. 86 desta. Vejamos:

Lei nº 14.133/2021 - Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

A Legislação Estadual de Mato Grosso, por sua vez, no âmbito da atual lei de licitações, regulamentou o instituto no Decreto nº 1.525/2022, do qual destaco especificamente o Art. 213.

PREF. MUNI
FLS. 110
Rub. 5

GESTÃO: 2025/2028



MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

Decreto Estadual nº 1.525/2022. Art. 213 A ata de registro de preços, durante sua vigência e desde que já utilizada por algum dos participantes, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual ou municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia e expressa anuência do órgão gerenciador, que exigirá:
I - solicitação formal de utilização, com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados;
II - comprovação da concordância da empresa registrada em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes, independente da utilização ou não do quantitativo registrado.

Vê-se, pelos dispositivos acima elencados, que é perfeitamente possível a denominada “Carona à Ata de Registro de Preços” desde que justificada a vantagem em tal procedimento em detrimento a um regular processo licitatório, o que se presume tenha sido constatado pelo setor competente.

Exige-se, ainda que seja demonstrado que os valores estão compatíveis com o mercado e que o órgão gerenciador aceite a adesão. Exigências essas que verifico cumpridas uma vez que constam documentos nos autos nesse sentido.

Anoto também que a adesão respeita o limite imposto pelo §4º, do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021².

Frisa-se que as observações aqui expressas se baseiam nos documentos apresentados, os quais tenho como refletores da realidade fática, pois pertence ao setor que requereu a dispensa aferir a presença dos requisitos exigidos para a adoção da “carona”, o que, a princípio está sendo observado no procedimento.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando que a Adesão/Carona à Ata de Registro de Preços tem respaldo legal e que, a priori, estão sendo observadas as determinações legais, não vejo óbice em prosseguir com o procedimento – Adesão 02/2025.

² Lei nº 14.133/21 - Art. 86 (...)

§4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

GESTÃO: 2025/2028

Rua Mato Grosso, nº 84, Bairro Centro, Castanheira/MT, CEP 78345-000 - Fone: (66) 3581-1166
CNPJ/MF nº 24.772.154/0001-60 – e-mail: procuradoriacastanheira@gmail.com

Parecer jurídico nº 14/2025 – Adesão 02/2025 - Página 4 de 5

PREF. MUNI

FLS. 111

Rub. 5



MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA

PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO
ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

É o parecer, salvo melhor juízo, que submeto, sub censura, à consideração do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

Castanheira/MT, 10 de março de 2025.

es. A. Rauber

Elton Antonio Rauber
OAB/MT nº 19.692/O
Assessor Jurídico / Portaria nº 001/2025
Poder Executivo – Castanheira/MT

PREF. MUNIC.
FLS. 112
Rub.

GESTÃO: 2025/2028